

**Intervenção proferida pelo Deputado
Regional Clélio Meneses na sessão
legislativa de Julho de 2009.**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Hoje, como sempre a História tem ditado, os Açores estão nas rotas do Mundo.

O nosso futuro faz-se pelo Mundo. Como se fez o nosso Passado.

O Mundo sempre deu importância aos Açores, mais importância do que, se calhar e por vezes, os Açores se dão a si próprios.

Foi ontem anunciado pelo Ministro da Defesa de Portugal que os estudos técnicos sobre a utilização dos Açores como “*centro de treinos para pilotos de aviação de 5ª geração, como o F-22 Raptor*”, para além da possibilidade de “*testes de mísseis supersónicos*”, estão concluídos, aguardando-se, apenas, “*por uma decisão política*”!

Em 19 de Fevereiro de 2008 - há cerca de um ano e meio - o PSD trouxe, responsabilmente, este assunto ao Parlamento dos Açores.

Pela importância especial que o mesmo tem para a nossa Região e para o futuro dos Açores, assumindo como essencial a participação dos órgãos de governo próprio em todo o processo.

Na altura dizíamos e repito "que, no nosso entendimento, as questões relativas à avaliação dos custos e benefícios da existência da Base das Lajes e o respectivo acompanhamento permanente devem merecer tratamento político prioritário da parte dos órgãos de governo próprio da Região.

Pelo impacto social decorrente dos postos de trabalho açorianos na Base e pelas demais decorrências económicas, ambientais, culturais e políticas em geral, é essencial que os Açores, através dos seus representantes públicos, tenham conhecimento, acompanhem e participem em todos os momentos do processo, de acordo com a Constituição, a lei e os interesses dos açorianos.

Com efeito, a intervenção dos Açores não resulta de qualquer entendimento particular ou de qualquer pretensa intromissão em negociações internacionais, decorre sim da própria Constituição da República Portuguesa que determina, no seu artigo 227º, nº1, alínea t), a participação da Região nos processos negociais relativos a “tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”, para além do próprio Estatuto Político-Administrativo da Região, sempre e em todo o caso, previsões normativas que salvaguardam juridicamente aquilo que são os interesses legítimos da Região.

É assim que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da Autonomia e representante de todos os açorianos, tem o direito e, sobretudo, o dever de acompanhar a situação e pronunciar-se sobre a mesma.

É preciso que, nos Açores, se saiba o que se quer da nossa terra e quais as consequências das decisões dos outros na nossa vida e nas nossas ilhas.

Em qualquer circunstância, o que parece certo é que a posição geo-estratégica dos Açores está reafirmada e reforçada o que só pode ser considerado vantajoso para os açorianos e ainda bem!

Porém, é preciso que se avalie se a nova utilização da Base, ou de outros espaços da Região, implica ou não uma alteração do Acordo vigente e, para isso, os Açores têm de estar informados de modo a que haja uma posição clara da Região.”

Dizíamos isto há um ano e meio.

Agora reafirmamos as nossas preocupações e convicções.

O Governo e o PS diziam que era preciso ter calma, que não era importante “saber o que o Governo Regional sabia sobre o assunto”, que não era altura para tomar posições.

Agora, ainda a 26 de Junho, o Secretário Regional da Presidência afirmava que a Região “*não tem pressa na condução deste processo*”.

O problema é que a situação vai evoluindo, vão sendo concluídos estudos e avaliações e a Região, continua á margem do processo e o Governo Regional a dizer que “*não tem pressa*”.

Por tudo isso, esta intervenção quer ser, logo e em primeiro lugar, mais um alerta para a necessidade absoluta da Região Autónoma dos Açores participar neste processo e ter um posição fundamentada em defesa dos nossos interesses.

O PSD entende que não pode ser de outra forma!

De facto, passado todo este tempo continuam por responder as seguintes perguntas.

O que é que o Governo Regional sabe sobre este processo?

Quais os impactos ambientais, sociais e económicos e de segurança desta nova utilização militar?

Quais as contrapartidas previstas ou possíveis?

Tudo isto está, inexplicavelmente, por explicar!

E, assim, não pode continuar!

Da nossa parte, por outro lado, queremos também deixar bem claro que o PSD manifesta responsável, integral e absoluta disponibilidade institucional para participar e contribuir para a assunção de uma posição que defenda verdadeiramente os interesses dos Açores!

Na verdade, a posição dos Açores será tanto melhor quanto mais consensualizada for!

Por outro lado, perante a nova utilização militar dos Açores, poderá estar em causa uma renegociação do Acordo de Cooperação e Defesa existente entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Efectivamente, o actual acordo, no seu artigo IV nº 1, estabelece que Portugal concede aos Estados Unidos “a *autorização para a utilização e manutenção das instalações necessárias á condução de operações militares, bem como para o trânsito de aviões militares dos Estados Unidos da*

América pela Base das Lajes”, nos termos definidos no Acordo Técnico.

Perante esta realidade é essencial preparar a posição dos Açores para essa eventual renegociação e, nessa medida, para uma eficaz defesa dos interesses açorianos.

A este propósito não deixa de ser relevante que aqueles que sempre consideraram como mau o actual acordo, em quase 13 anos de Governo, nunca fizeram o que quer que fosse para o alterar, e nesta altura em que, pela primeira vez, se põe a possibilidade de uma diferente utilização militar dos Açores, até agora nada tenham dito de concreto sobre se defendem ou não a revisão do Acordo.

A contradição e a falta de argumentos do Governo Regional são tais que ficam as dúvidas relativamente à opinião que tem sobre o Acordo. Ou é mau e não se percebe porque não promovem a respectiva alteração, ou é bom e, por isso, não devem culpabilizar o PSD!!

É, assim, também, necessário que o Governo dos Açores esclareça esta Assembleia se defende ou não a celebração de um novo Acordo.

Outra dimensão da existência de uma força militar estrangeira nos Açores é constituída pelo contingente laboral português afecto a tal estrutura.

De facto, como o PSD tem manifestado, os postos de trabalho portugueses constituem neste momento o principal benefício da instalação Militar Americana nas Lajes.

Por isso mesmo, deveria constituir, sempre, a prioridade diplomática da Região a este nível.

Porém, não tem sido assim.

Os assuntos dos trabalhadores portugueses têm ficado, muitas vezes, nos últimos patamares da ordem de preocupações dos nossos representantes.

São várias as matérias que a este nível se têm colocado nos últimos anos, acabando, com preocupação por se constatar a progressiva diminuição de trabalhadores portugueses a trabalhar nas FEUSAÇORES.

No entanto, fixemo-nos naquela que tem constituído uma das principais razões de queixa dos trabalhadores - a actualização salarial.

E, sobretudo, manifestamos a nossa profunda perplexidade e estranheza pelo facto do Governo Regional dos Açores ter deixado cair esta justa reivindicação dos trabalhadores portugueses.

Se com a norma relativa á mencionada actualização salarial se promovia um tratamento favorável aos trabalhadores e, nessa dimensão, à Região, com a assunção da sua inaplicabilidade está, exactamente e nessa exacta medida, a prejudicar-se os trabalhadores e, assim, os interesses dos Açores.

Tudo é, ainda, mais estranho e inexplicável quando esta desistência da Região ocorre, exactamente, perante um evidente aumento da importância da Base para os Estados Unidos.

Isto é, na altura em que a Base das Lajes tem maior potencial de negociação é, precisamente, no momento em

que o Governo Regional deixa cair uma reivindicação essencial dos trabalhadores portugueses.

Não tem explicação, nem tem desculpa.

Menos explicação existe ainda quando se compara a posição final de desistência por parte da Região face aos anúncios audazes de defesa da posição dos trabalhadores e de uma quase garantida vitória a este nível.

Depois de levar algum tempo até tomar uma posição sobre a clara violação do Acordo por parte dos Estados Unidos da América, o Governo Regional assumiu essa realidade, dando nota pública de que iria conseguir resolver o problema.

Decorria o ano 2007 e antes de uma reunião da Comissão Bilateral, o então representante da Região na mesma, e agora Secretário Regional da Presidência afirmava, com tom corajoso que a delegação portuguesa iria procurar *“convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana (“Appropriation Act”) que impede aumentos superiores nos*

ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana.”

Mais afirmava tal representante açoriano que “*a ideia (cuja argumentação se iniciou na última reunião da Bilateral) é conseguir para as Lajes um estatuto semelhante ao usado nas bases americanas na Turquia*”.

Adiantava, ainda, de forma aparentemente destemida, que “*no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado*”, assumindo que “*nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido*”.

Porém, de forma claramente contraditória e revelando as fragilidades da parte açoriana, passados poucos dias de tais declarações, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, da responsabilidade da Presidência do Governo Regional dos Açores limitava-se a afirmar que “*Os Açores consideram preocupante não ter sido possível chegar a uma solução jurídica de carácter permanente para o*

diferendo existente sobre a aplicação do inquérito salarial enquanto instrumento de apuramento dos aumentos anuais dos vencimentos dos trabalhadores civis ao serviço do Destacamento Norte-americano da Base das Lajes.”

Foi de facto, no mínimo, estranho que o representante da Região no mencionado órgão, depois de anunciar que *“podiam estar reunidas as condições para uma decisão”* favorável aos trabalhadores, venha, poucos dias depois, assumir que, afinal, não haviam essas condições e que havia *“a necessidade das partes chegarem a um consenso político que reflecta o espírito e a letra do Acordo”*, considerando *“que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental e que, mesmo entre reuniões da Comissão Bilateral Permanente, se deve proceder a todas as diligências necessárias para a sua resolução”*.

O que é certo é que, mesmo depois destes arrojados mediáticos, a agenda da reunião seguinte da Comissão Bilateral, que segundo o citado GACS, incidiria sobre *“a apreciação de um conjunto de propostas regionais nas áreas do Turismo e da Ciência e Tecnologia, entre outras”*, não fazia qualquer referência à questão que uma semana antes era para ser resolvida e que, poucos dias depois, era

assumida como exigindo “*um consenso político*” e “*que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental.*”

Tudo é ainda mais estranho quando, a 26 de Junho de 2009, o Governo Regional vem assumir que deixou de defender os interesses dos trabalhadores em causa e deixa cair a reivindicação do cumprimento das normas do Acordo relativas à actualização salarial.

Aquilo que há dois anos era de “importância fundamental” e merecia “*todas as diligências necessárias para a sua resolução*”, afinal, deixou de ter tanta importância, exactamente, na mesma altura em que é reassumida a importância da própria Base.

É, por tudo isto, essencial que se abordem todas estas questões com uma visão apenas comprometida com os interesses dos Açores.

É essencial que se perceba o especial momento que estamos a viver e a responsabilidade que a sua correcta

abordagem pode ter na vida dos açorianos e no desenvolvimento dos Açores.

É assim que o PSD entende esta realidade:

O reconhecimento da importância geo-estratégica dos Açores é sempre uma boa notícia.

O aprofundamento das relações com um país aliado e com especiais ligações com os Açores, como é caso particular dos Estados Unidos da América, deve ser compreendido como uma mais-valia decisiva para o nosso crescimento como Região.

A defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses deve ser assumida como prioridade em todos os processos negociais e no relacionamento diplomático decorrente da instalação da força norte-americana nas Lajes.

A avaliação dos efeitos de uma nova utilização militar dos Açores constitui uma exigência.

A participação da Região em todo o processo negocial, tanto como um direito dos Açores é um dever dos seus órgãos de governo próprio.

A preparação de uma posição fundamentada e credível que promova com eficácia a defesa da posição açoriana é essencial para o que vier a ser decidido.

Para tudo isto, o contributo de todas as forças políticas é indispensável e deve ser encarado como um dos mais importantes desígnios que este Parlamento deverá ter pela frente nos próximos tempos.

É este o nosso entendimento.

É este, responsabilmente, o nosso propósito.

Mais uma vez, e sempre, na defesa dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Horta, sala das sessões, 9 de Julho de 2009